



Número: **0807427-31.2020.8.15.2003**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque**

Última distribuição : **24/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Processo referência: **0807427-31.2020.8.15.2003**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
BRADESCO SEGUROS S/A (APELANTE)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
RAMON GALDINO DE ANDRADE (APELADO)		ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO)	
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12915570	07/10/2021 11:31	2760288_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01	Petição



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PARAÍBA

Processo: 08074273120208152003

BRADESCO SEGUROS S.A. E SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO DPVAT, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **RAMON GALDINO DE ANDRADE**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Sem adentrar ao mérito da V. Decisão, informa a V. Exa. que constou no recurso a irresignação quanto arbitramento dos honorários de sucumbência de forma desproporcional e exorbitante, inclusive fez parte do vosso relatório, vejamos:

“[...] Em suas razões recursais (ID nº 10934719 – págs. 1/), a instituição securitária sustentou, em suma, a ausência de coberto, uma vez que o proprietário do veículo encontrava-se inadimplente quando da ocorrência do sinistro.

Pugnou por fim pela reforma da sentença, apresentando insatisfação com os termos da sucumbência. [...] (gn)

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Nesse sentido, o disposto no artigo 86, parágrafo único do Código de Processo Civil/2015, *verbis*:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único - Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.” (gn)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ressalta-se, que o *caput* do dispositivo legal sobre que se versa faz expressa referência à distribuição proporcional das verbas sucumbenciais, o que, na presente hipótese, não ocorreu, pois, a sentença de condenou a Embargante na parte mínima do pedido.

Portanto, repita-se, diante da sucumbência na parte mínima do pedido não há que se falar na condenação da embargante ao pagamento de custas e honorários advocatícios CONFORME DISPOSTO NA D. DECISÃO.

Diante do exposto, merece ser sanada a omissão acima mencionada, motivo pelo qual o presente recurso deve ser acolhido.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, espera e confia a Seguradora Embargante sejam acolhidos os presentes Embargos de Declaração, para fins de que seja sanada a contradição acima apontada, na forma das razões expendidas, para que a condenação da verba sucumbencial seja de até 20% sobre o valor da condenação.

Termo em que,
Pede Juntada.
JOAO PESSOA, 5 de outubro de 2021

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
OAB/CE 27.954-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

